



# O Ideário Patrimonial О идеарио

Heranças Patrimoniais  
enquanto Partilha de Saberes

# O SUMPTUOSO INTERIOR DAS ALCÁÇOVAS CRISTÃS: A ALCÁÇOVA DE LISBOA (FINAL DO SÉC. XIII- INÍCIO DO XIV)

Rita A. Melro

Doutoranda em História da Arte  
Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, ARTIS-Instituto de História da Arte;  
1500 Lisboa - Portugal;  
R. Cândido Figueiredo, nº1, R/c, Esq., 1500-132 Lisboa  
[ritamelro880@hotmail.com](mailto:ritamelro880@hotmail.com)



# O Sumptuoso Interior das Alcáçovas Cristãs: A Alcáçova de Lisboa (Final do séc. XIII- Início do XIV)

Rita A. Melro

## Historial do artigo:

Recebido a 14 de julho de 2017

Revisto a 07 de setembro de 2017

Aceite a 02 de outubro de 2017

## RESUMO

Neste artigo, iremos analisar a Alcáçova de Lisboa como habitação palaciana durante o reinado de D. Dinis (r. 1279-1325). Para o fazer, devido à escassez de fontes e ao facto de o palácio ter sido totalmente destruído ao longo do tempo, é fundamental estabelecer comparações com as informações existentes para outros palácios dos reinos peninsulares cristãos da mesma época. Com efeito, durante o período de solidificação desses reinos, o ambiente vivido nas cortes era de elevado nível cultural, devido, sobretudo, a Afonso X de Leão e Castela (r. 1252-1284), avô de D. Dinis, que terá influenciado directamente a reorganização do espaço e as vivências dos restantes monarcas peninsulares, assim como as suas acções, relações e gostos.

Os soberanos de então cuidavam da sua imagem, não só através da forma sumptuosa como se vestiam e adornavam em cerimónias e no dia-a-dia, mas também da apresentação dos espaços em que se moviam tanto a nível do reino como no interior das suas próprias residências, mostrando características semelhantes. Afirmavam o seu poder através de novas construções, apunham os seus sinais em edifícios e objectos, faziam-se acompanhar nos diferentes espaços e cerimónias por preciosos bens dos seus tesouros, criando luxuosos e complexos conjuntos artísticos. A articulação das diferentes peças criava ambientes de profundo equilíbrio visual, harmonia de cores e formas que serviam como modelo e meio de difusão de gostos, mentalidades e ideais.

**Palavras-chave:** Alcáçova de Lisboa, D. Dinis, *Spolia*, Décor Medieval, Tesouro Régio.

## ABSTRACT

In this article we will analyse the palace of Lisbon's castle as a royal residence during the reign of King Dinis (r. 1279-1325). Due to the scarcity of sources and the fact that the palace was almost totally destroyed over time, we will have to rely heavily on the information that exists for similar residences in the other Hispanic Christian kingdoms. Indeed, during the period of consolidation of these kingdoms, the ambiance at the courts had a very high cultural level due to Afonso X of León and Castile, King Dinis' grand-father, who influenced directly the reorganization of spaces and the cultural experiences of the remaining Iberian kings, as well as their actions, relations and taste.

the sovereigns of that time took great care of their image not only through the sumptuousness of their attire in ceremonies and in everyday life but also through the careful staging of the spaces that surrounded them, either all around the kingdom or inside their own residences. they affirmed their power through new constructions, affixed their signs on buildings and objects, and carried on them or displayed sumptuous objects belonging to their treasures in public spaces and ceremonies, thus creating luxurious and complex artistic sets. the articulation of the different pieces created environments of profound visual balance, and harmony in colour and form that served as models and means for the diffusion of taste, mentality and ideals.

**Key-words:** Royal palace of Lisbon, King Dinis of Portugal, *Spolia*, Medieval Décor, Royal Treasure.

## 1. Introdução

A Alcáçova de Lisboa foi muito restaurada e diversas vezes sofreu intervenções ao longo do tempo, restando poucas estruturas medievais que compunham a mesma, razão pela qual a metodologia de reconstituição será sempre indutiva e baseada em outros exemplos conhecidos, neste caso de âmbito peninsular, assim como os objectos escolhidos para ilustrarem o conteúdo dos departamentos e espaços internos da mesma, e que são maioritariamente provenientes de contextos históricos ibéricos, como poderemos verificar ao longo do estudo aqui apresentado. Em Março de 1373 a cidade terá sido saqueada durante o cerco castelhano e vítima de terremotos (1290, 1344 e 1354) que terão destruído alguns dos espaços da alcáçova, e em 1755, o com o último grande terremoto (MARQUES, 1996: 698-700; SILVA, 1993). O estudo aqui apresentado é um importante contributo para a 'Cripto-História de Arte' (SERRÃO, 2001) dando-nos uma luz do que poderá ter sido o Palácio Régio que se estabeleceu em Lisboa na alcáçova a partir do reinado de D. Dinis (r. 1279-1325) até ao início dos reinados da segunda dinastia.

## 2. A vivência e a Corte

Em Portugal, a partir do reinado de Afonso III (c. 1210-1279), com o estabelecimento permanente das fronteiras territoriais, os reinos hispânicos possuíram condições para um novo desenvolvimento, reorganização e novas formas de vida no espaço e quotidiano que até ai não tinham sido possíveis. Desta forma, tanto as suas acções políticas (e) culturais como as relações e assim como as opções dos espaços de vivência foram sendo reestruturadas tanto em Castela como em Portugal e Aragão. A imagem que se pretendia passar era de esplendor e proximidade com o mundo celestial de forma a dignificar a figura régia. Eram conseguidas representações ideais através da construção de determinados ambientes formados por um conjunto harmonioso de jogos de cor e brilho decorados com tecidos (1), pinturas, objectos de luxo a que era acrescentado aromas artificiais dados por incensos, etc. (2).

O presente estudo tem como objectivo concreto analisar a Alcáçova de Lisboa, particularmente o seu interior, enquanto habitação palaciana durante o reinado de D. Dinis (r. 1229-1325). Para tal, recorreremos às descrições de diversos itens que foram que se encontravam no interior dos espaços e das novas intervenções arquitectónicas e normas que foram sendo implantadas e estabelecidas pelos monarcas, permitindo-nos, compreender e completar como teriam sido estes mesmos espaços, o seu ambiente e, organização e funcionamento. De particular interesse são as fontes primárias, do século XII, que caracterizam o ambiente e organização palaciana de

Leão: a *Historia Compostellana* (c. 1100-1140) (FALQUE REY, 1994) e a *Chronica Adefonsi Imperatoris* (c. 1145) (SÁNCHEZ BELDA, 1950) onde estão presente algumas das regras a seguir, e nos séculos seguintes fontes secundárias dedicadas às residências episcopais e régias leonesas e castelhanas (MARTIN, 2010: 109-139), assim como, para a organização concreta das Casas aragonesas (GOMES, 2003; COMPANYS, FARRERONS; MONTARDIT, BOFARULL, 1995), as ordenações elaboradas durante o reinado de Pedro II ed Aragão (r. 1276-1285) (CARRERAS, CANDI, 1909-1910: 99-104), da Casa castelhana durante a mesma época com o rei Sancho IV de Castela e Leão (r. 1284-1295) (GAIBROS DE BALLESTEROS, 1922-1928) e dos palácios hispânicos em geral (MARTIN, 2010: 109-139; SILVA, 1993; REPRESA, 1969: 243-282).

No reino de Portugal, na segunda metade do século XIII, o projecto interno palaciano tornou possível distinguir os próprios espaços arquitectónicos e remodelados para darem conforto ao paço régio. Desta forma, estas medidas contribuíram para a distinção da própria figura régia face aos restantes membros da corte através de cerimónias diárias e extraordinárias, assim como das suas posses e privilégios, e ainda das originais atmosferas ópticas intencionalmente criadas que eram dadas pela luz e cor do conjunto de peças luxuosas usadas nos diferentes espaços (DUBY, LACLOTTE, ARIES, 1997: 84). Devido à destruição da alcáçova, e à ausência de peças remanescentes em Portugal, toma-se como exemplo outras sumptuosas peças de origem peninsular e alguns outros espaços vivenciais como o castelhano-leonês e o aragonês, para melhor caracterizar formalmente os espaços através de descrições documentais e destes modelos vizinhos semelhantes à realidade cultural portuguesa da época.

Com Afonso III de Portugal algumas das principais funções e instituições régias teriam passado para Lisboa, assim como aos poucos o próprio Paço Régio. Poderá ter sido por motivo de interesse de centralização, mas também a importância de estar ao lado da principal zona de comércio marítimo que se desenvolve na época e uma afirmação do Rei como novo monarca face ao poder dos apoiantes do seu irmão Sancho II (c. 1209-1248). O centro do poder e vivência régia seria o Paço de Coimbra que durante o reinado de D. Dinis se encontra já na Alcáçova de Lisboa, onde nos reinados seguintes continuou a ser habitado e melhorado para tal para a habitação dos respectivos reis. Lisboa transforma-se numa espécie de ‘cidade-central’ que se afirmando no final do século XIII. Esta fixação é notória através de diversas acções e sinais como a deslocação, em 1256 (SILVA, 2008: 8), da Chancelaria régia para Lisboa e por consequência, uma maior permanência do Rei nesta cidade a partir desta data e o estabelecimento permanente com D. Dinis:

«*Não havia conselho em todo o seu reino com que tivesse maiores dívidas de bem, do que com o concelho de Lisboa, porque aí nascera e aí fora criado e baptizado e aí fora feito Rei*» (BRANDÃO, 1976: 3 v.).

O rei D. Dinis passa também a habitar a Alcáçova de Lisboa, enriquecendo o seu interior com sumptuosos materiais e peças do seu tesouro que decoravam e/ou o acompanhavam nos diferentes espaços internos para o seu uso prático (MELRO, 2016). Transformada a alcáçova, que anteriormente teria sido a casa do governador da cidade de Lisboa (VENTURA, 1998), em Paço Régio deu-se início a uma remodelação dos espaços para o uso próprio dos monarcas e o seu quotidiano. Uma atitude de continuação do reuso do espaço aproveitamento o material existente como uma *spolia* da própria estrutura da alcáçova mourisca que, entretanto, é transformada num palácio digno de um rei cristão e adequado ao seu tempo. Uma nova preocupação é introduzida no próprio espaço interno - o conforto. Teria que ser algo que espelhasse a sua condição de realeza, e simultaneamente, proporcionasse um ambiente que torna-se uma vivência à altura do seu *status*. Transformação que acompanha novas formas de vivência de uma corte, que, não estando constantemente em guerra, investe sobre si, desenvolvendo-se culturalmente e disponibilizando mais tempo para o conhecimento, o convívio e espaço de vivência do *homo ludens* (3).

A vida na corte régia, agora com sinais de passar a ter uma preocupação de adoptar o espaço palaciano à habitação do monarca e dos seus *'fideles'* vassallos, começa a ser um espaço central de administração, difusão cultural e de importantes contactos e trocas de conhecimento através dos séquitos e da circulação dos mais importantes letrados e personalidades entre as cortes hispânicas. A corte assume vários significados distintos mas é simultaneamente nesta época que se terá dado a separação da Corte da Cúria régia (VENTURA, 1998: 55 ss.). A Corte, que corresponde nesta época à Casa do Rei, encontrava-se situada no espaço interno da Paço Régio, que envolvia os vassallos mais próximos e era aonde se realizavam as cerimónias mais relevantes. O espaço interior físico onde habitava o Rei coincidia com o espaço administrativo da Corte Régia tendo passando a ser o centro de poder do reino (4). À medida que a Coroa foi crescendo e organizando-se deu origem a novas necessidades práticas e burocracias que levaram a uma centralização da mesma. O aumento do número de súbditos que a compunham deu origem ao deslocamento de uma média de dez mil pessoas, entre cortesãos e respectivos criados, com cada vez maiores exigências no que diz respeito à organização e definição de instituições e espaços próprios para os mesmos (5). A Corte tende a reduzir as suas 'deambulações' e prolongar as suas permanências num número cada vez mais reduzido de residências. Segundo Rita Costa Gomes "a Corte, sendo um espaço que a presença do Rei define, constituía afinal um verdadeiro sistema espacial com o seu dinamismo próprio" (GOMES, 1995: 255).

Para um melhor conhecimento dos espaços palacianos, e a sua função específica que tiveram dentro da Alcáçova de Lisboa, é importante compreender a organização da própria Corte, que nesta época se centra política e culturalmente como um organismo orgânico com serviços da total confiança do rei D. Dinis. Um antigo espaço castelar agora exclusivamente adoptado a uma forma palaciana onde as alas ou espaços se articulam de uma certa forma física hierarquizada associadas as respectivas responsabilidades e intimidade do monarca. Os principais cargos eram ocupados, dentro do espaço régio, por homens com cultura e preparação a diversos níveis e áreas que serviam de conselheiros, protectores e servidores da mais alta confiança para servirem e acompanharem o monarca na sua vida quotidiana e os mais próximos, permanentemente no interior do próprio palácio. Alguns destes homens mais importantes possuíam também eles súbditos, como por exemplo o Chanceler (**vd. Quadro 1.**). Eram parte integrante da Corte palaciana, e o mesmo verificava-se nas outras cortes hispânicas da época (VENTURA, 1998: 55 ss.). A Casa Régia tende a esvaziar-se dos poderes públicos, que anteriormente estavam introduzidos, passando a funcionar num domínio mais privado. Assim, encontramos fora do Paço a presença de organismos mais especializados saídos da anterior Corte, como o Conselho, a Chancelaria ou o Tribunal (A.N.T.T., 23 de Julho de 2014). Existem no entanto, os espaços administrativos principais que, a partir de Afonso III, começaram a coincidir na Corte e que se desenrolam no Paço Régio (DUBY, 1985, p: 30), na Alcáçova Lisboa: o desembargo régio, a Coroa, as Cortes e a própria Casa do Rei (VENTURA, 1998: 149). A captação de leais nobres faz-se neste período atraindo-os à Corte juntando assim à sua volta um conjunto de fiéis e cultos séquitos. Estas condicionantes e homens contribuíram para a construção de uma complexa organização dos espaços onde se cristalizaram funções exclusivas e específicas (**vd. Quadro 1.**).

Função	Descrição
Chanceler	Seria responsável pela burocracia administrativa do reino e da casa do rei (D. Dinis), constando o seu nome nos documentos expedidos pela Corte. Supervisionava a redacção, publicação, gastos, e os documentos elaborados pelo monarca. Era auxiliado por um grupo de vice-chanceler, tabeliães, escrivães, e notários.
Mordomo- <i>maiordomus</i>	Supervisionaria o jantar, vigiava e media os bens régios alimentares e organizaria todos os trabalhos relacionados com estes. Obteve a acumulação de funções e tarefas o <i>dapifer</i> como um ‘sub’ ou vice-mordomo que o auxiliava no serviço palaciano.
Alferes	Teria a função de responsável Militar - alferes e <i>signifer</i> , que significa cavaleiro e aquele que transporta as insígnias régias.
Reposteiro-mor	Teria a seu cargo o vestuário, armas, livros, alfaias litúrgicas, baixela, etc.
Porteiro-mor	Guarda das portas, dos paços e da câmara do rei; a partir Afonso III este começa em vez do mordomo a ser responsável pela fiscalização da cobrança de ‘impostos’ da coroa. Com D. Dinis torna-se o responsável pela administração do Paço Régio, e chefe dos funcionários da Casa que ali trabalhavam.
Eichão ou Unhão	Seria o “despenseiro” régio, responsável pelo abastecimento do palácio, podendo funcionar como comprador.

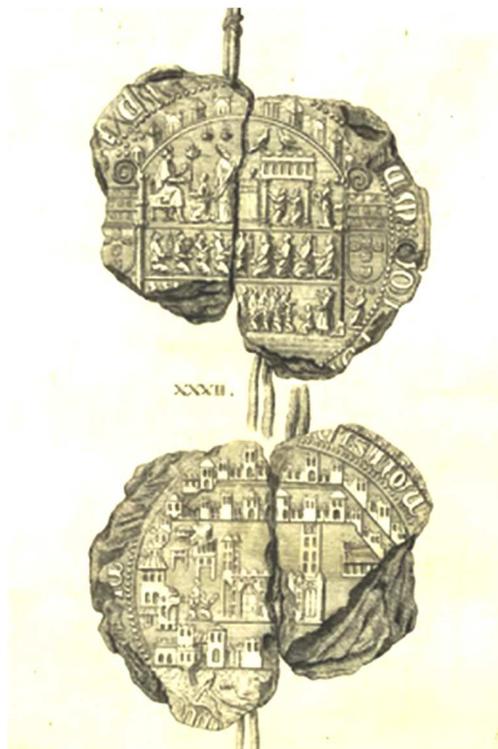
Quadro1. Principais Cargos dentro do espaço da Corte de D. Dinis. Fonte: Autora

### 3. Alcáçova de Lisboa

Segundo geógrafos árabes, Lisboa era uma cidade muito antiga, que se desenrolava numa colina, à qual era dado o nome árabe de Qödyá (6) e encontrava-se na margem do estuário do rio Tejo; tão perto que quando as marés subiam chegavam por vezes até uma das suas portas e inclusive às próprias muralhas. Possuía uma alcáçova, com uma planta de forma meio quadrangular que media aproximadamente cerca de 60 metros de lado, no alto do topo setentrional da colina de Lisboa, rodeada de muralhas mediriam 200 metros de largura, ao longo das quais haviam várias portas (OLIVEIRA, 1936: 58-61; SILVA, 1987: 11-12). Em 1265, D. Afonso III ordenava que se fizessem obras de reparação no palácio, que até à época era a casa onde habitava o governador em Lisboa. Em 1294, ocorre uma nova remodelação na cidade, onde são referidas novas intervenções e estruturas, como as “Casas das Galeas”/Casa das Galés (REI, 2001: 38, *Apud* SIDARUS) e algumas indústrias de ferrarias, entre outras relacionadas com funções do quotidiano citadino, assim como a fundação da muralha da cidade com torres a Sul junto ao rio Tejo (REI, 2001: 34-72, *Apud* SIDARUS).

No ano de 1300, Lisboa vai tomando um papel cada vez mais determinante entre as cidades do reino, sendo os Paços da Alcáçova elevados a residência da Corte régia portuguesa. O monarca transformou a alcáçova mourisca no Paço Real da Alcáçova de Lisboa, e apesar de não existirem documentos concretos da elaboração das obras, existe documentação que refere que a alcáçova fora anteriormente usada anteriormente como Paço durante o reinado de D. Afonso III (7). A mais antiga representação de alcáçova, que se conhece até à data, está representada num selo

de cera da Câmara de Lisboa, que terá sido usada por D. Afonso IV (c. 1291-1357), onde se consegue ver a cidade representada esquematicamente com as muralhas e torres da Alcáçova na época (vd. **Figura 1.**).



**Figura 1.** Selo de cera da cidade ou 'Câmara' de Lisboa, em 1352, do tempo de D. Afonso IV, pendente num documento da era 1390 (c. 1352), que existiu no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. **Fonte:** Reprodução gráfica, imagem tirada de António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo IV (1788)

Uma imagem mais nítida da alcáçova remonta ao século XV numa ilustração do cronista Duarte Galvão (vd. **Figura 2.**).



**Figura 2.** Detalhe da Iluminura da cidade e Alcáçova de Lisboa. **Fonte:** Imagem da *Crónica de Dom Afonso Henriques* século XV (1500-1501), escrita por Duarte Galvão, *Crónica de Dom Afonso Henriques*.



**Figura 3.** Planta da cidade de Lisboa, onde se visualiza o cais e as respectivas torres de defesa; na colina superior esquerda se vê a antiga alcáçova. **Fonte:** Quadro da autoria de Giorgio Braunius integrada na obra *Civitates Orbis Terrarum* de 1572 (8)

### 3.1.Exterior da Alcáçova de Lisboa

Quando nos fins do séc. XIII, os italianos iniciaram as suas viagens para a Flandres, através do estreito de Gibraltar, estabeleceram-se nalguns portos portugueses, sobretudo em Lisboa (**vd. Figura 3.**). A cidade tornou-se, então, um activo centro de comércio trazendo diversos bens e actualizando as novas tendências externas transmitidas por estes contactos. O enorme crescimento demográfico de Lisboa, com a conseqüente conquista de cada vez mais amplos espaços para a urbanização, já se tinha acentuado a partir do reinado de D. Afonso III, altura em que se implantaram novas construções na zona ocidental da cidade, fora das muralhas sarracenas da alcáçova. O muro da muralha da Ribeira, que terá sido mandada construir por D. Dinis, possuía torres em torno a um recinto junto ao rio que abrigava as galés reais, que por sua vez, fechava o vale da Baixa contra as incursões dos piratas:

*“É uma cidade antiga edificada à beira-mar cujas vagas se vêm quebrar contra as suas muralhas. [...]*

*A porta ocidental, a maior da cidade, é encimada por arcos sobrepostos que assentam em colunas de mármore, por sua vez apoiadas em envasamentos de mármore.”* (SILVA, 1987: 28).

A responsabilidade, por direito consuetudinário, da organização e manutenção dos muros, muralhas e torres externas à Alcáçova eram da responsabilidade e propriedade da Cidade ou Concelho, assim como a reparação e extensões da responsabilidade dos proprietários; na Freguesia de Santo Estevão D. Dinis tinha *“duo palatia in quibus posuit galeones”* (LOPES, 1421: fl.8.). A cidade terá na época possuído uma Porta Grande, que era composta por arcadas em mármore, muito possivelmente aproveitadas como *spolia* de construções das antigas romanas, uma Porta do Postigo (Alfofa) que daria para um grande prado, uma outra Porta do Mar que se encontraria junto à água do rio ao ponto das marés entrarem dentro da mesma, uma Porta das Termas (Alfama) que se encontrava vizinha às nascentes de água quente e fria das termas, e ainda outras duas portas, a Porta do Cemitério e a Porta do Estreito ou do Fura-douro (AL-HIMIARI, 1989: 59-60).

### 3.2.A Alcáçova de Lisboa como Paço Régio

Sabe-se que já na antiga Corte de Sesnando (c. ?-1091), em Santarém, a sua *entourage* era composta em grande maioria por moçárabes, sendo as casas de ricos e poderosos senhores, organizadas também em várias peças ou alas (sala e quartos), um jardim, um poço e uma cavalariça. Possuíam ainda equipamento sanitário nomeadamente latrinas, o que demonstra uma organização cuidada e conforto. As residências não possuíam um grande número de móveis, em contrapartida tinham um considerável número de confortáveis peças de têxteis pertencentes ao leito e à baixela seria composta por vasos de prata e ouro (REI, 2001: 38, *Apud* SIDARUS).

Uma das personalidades, que no reino português, mais pode ter contribuído para as novas reestruturações arquitectónicas, dos espaços de habitação externos e internos reais foi D. Afonso III através do seu contacto com os hábitos e cultura das cortes francesa e a castelo-leonesa dos seus dois casamentos. O conde de Bolonha, depois Rei de Portugal, mais directamente, através do seu segundo casamento com Beatriz (c. 1242-1303), filha do rei de Castela e Leão, Afonso X, influenciado pela cultura que esta trouxe da Corte vizinha. Enquanto infante e conde de Bolonha, D. Afonso III aquando a sua estadia em França, através do seu casamento com a condessa Matilde (c. 1202-1258), herdeira dos condados de Bolonha e Dommartin, teve contactos com a sumptuosa Corte francesa que o terá influenciado os seus modelos de organização de governação e hábitos de conforto e de lazer. Enquanto infante, viveu assim dentro de uma das grandes fortunas feudais da Europa Ocidental e como membro da casa real francesa através da sua esposa (9). Entre a Bretanha e a Flandres teve contactos e conhecimentos com o que de mais desenvolvido existia na época em termos de comércio de bens de luxo e contactos com outras partes da Europa, assim como, a própria produção de peças de alta qualidade que eram fabricadas nestas zonas.

A nova sumptuosa e culta Corte foi assim estimulada, e encontrando-se num período de maior paz, desenvolveu-se em todas as áreas; reconstruindo-se espaços e ambientes idealizados de conforto e beleza a partir das culturas anteriores ainda existentes (SARAIVA, 1998: 13). Com a organização da Corte e do espaço de funcionamento e vivência da mesma, foi decretado em 1250 um regimento da Casa Real portuguesa onde se controlavam os gastos e luxos que deveriam ser usados, influenciando desta forma as escolhas dos conteúdos e disposições das diversas zonas do palácio (10). Podemos estabelecer uma luz sobre o que terá sido o interior do espaço da Corte Régia, a partir da segunda metade do século XIII, mais precisamente o da Alcáçova de Lisboa, que passa a ser o espaço de maior importância, permanência e vida dos monarcas durante os séculos seguintes, assim como o centro de acção dos principais serviços e instituições régias.

A inexistem de peças remanescentes, e a sua estrutura arquitectónica original, leva-nos a recorrer ao apoio de imagens em iluminuras e aos dados em fontes documentais da época e mais tardia, forma única de compreender como seria o ambiente visual e a distribuição do respectivo interior, assim como dos espaços, objectos e decoração que compunha a mesma. É no cruzamento destas informações com as descrições de um modelo dos costumes, normas de rituais e cerimónias e sumptuosos conteúdos descritos em documentos sobre os bens dos reis, assim como, as leis que descreviam como se devia reger, tanto o uso como a função, de determinados materiais e peças raras, que conseguimos estabelecer analogias para o espaço, decoração, organização e funcionamento da alcáçova. Determinadas imagens em miniaturas iluminadas que se encontravam em obras literárias da época como, por exemplo, no cancionero mariano de Afonso X de Castela-Leão (c. 1221-1284) - as *Cantigas de Santa Maria* - o sumptuoso códice iluminado do Cancioneiro da Ajuda, contemporâneo de D. Afonso III, teria como modelo

as próprias cantigas, das quais o monarca possuía uma cópia (SARAIVA, 1998: 14-15), detalhes retirados de fontes secundárias sobre a vida e circulação entre o ambiente cortês de Portugal e Castela (PIZARRO, 2010: 903), bem como a descrição de bens dos tesouros dos próprios monarcas hispânicos descritos nos seus inventários (RODRIGUES, 2014: 439-460; NIETO SORIA, 2001: 127-151; MARTÍNEZ FERRANDO, 1953-1954: 1-230; MELRO, 2016; BURKART et al., 2010; BANGO TORVISO, 2001), e algumas peças remanescentes da época, e as legislações normativas que os monarcas impuseram a partir de metade do século XIII (e.g. a criação de um conjunto de decretos da organização da Corte, e principalmente da Casa do Rei, que D. Afonso III entre os anos de 1258-61, e simultaneamente em 1258 o rei Afonso X em Castela) (CORTES CASTRO; DANVILLA Y COLLADO; COLMEIRO, 1882: 156 e 180) ajudam-nos visualmente a obter uma luz mais aproximada do interior do próprio palácio. A partir do reinado de D. João I (r. 1385-1433), a alcáçova é descrita como uma “casa ogival”, possuindo uma arquitectura irregular, no ano de 1433 o mesmo monarca mandou efectuar obras, devido aos constantes terramotos e deterioração do mesmo, que afectaram a alcáçova não se conhecendo se terá modificado de forma radical a base anterior da mesma (HERCULANO, [s.d.]: 82).

## 4.O interior do Paço Régio

São tidos também em conta alguns tratados anteriores de cor e da metafísica da luz e a sua influência nas concepções artísticas e formais das peças presentes nos tesouros régios medievais peninsulares. O ambiente criado, e que intencionalmente influenciou, já anteriormente, um ideal dentro dos espaços eclesiais medievais definido pelo Abade Suger de Saint-Denis (c. 1081-1151) transmite determinadas definições formais e artísticas para fora do ambiente idealizado clerical para exterior, e por sua vez, influência algumas das sumptuosas peças que estavam presentes no interior dos palácios nos séculos seguintes através.

Sabemos, através da análise dos documentos sobre alguns tesouros régios da época, que existia uma distribuição dos respectivos objectos pelos diversos espaços da Alcáçova de Lisboa. Ao analisarmos as restantes descrições documentais dos restantes reinos peninsulares, verificamos que esta atitude era semelhante nas restantes cortes. Podemos investigar sobre o conteúdo da Alcáçova de Lisboa, através da análise dos documentos sobre o Tesouro do rei D. Dinis (MELRO, 2016), onde aparecem relatados centenas de objectos que eram usados e aplicados em determinados espaços internos específicos para cerimónias diárias e extraordinárias da Corte régia. As descrições estudadas associadas a outros documentos da época, dos reinados anteriores e seguintes, como outros inventários, cartas, testamentos e leis pragmáticas dão-nos uma ideia da adaptação e reestruturação que ajudaram à criação de um projecto régio imaginário trabalhado através da exploração visual dos espaços. As características dos espaços através das políticas de fortificação fronteiriças e a imposição e exclusividade de sumptuosos e raros objectos, teve como objectivo uniformizar a criação de um certo modelo da construção palaciana, não só da Corte, mas de toda a alta nobreza desde o reinado de Afonso III (11).

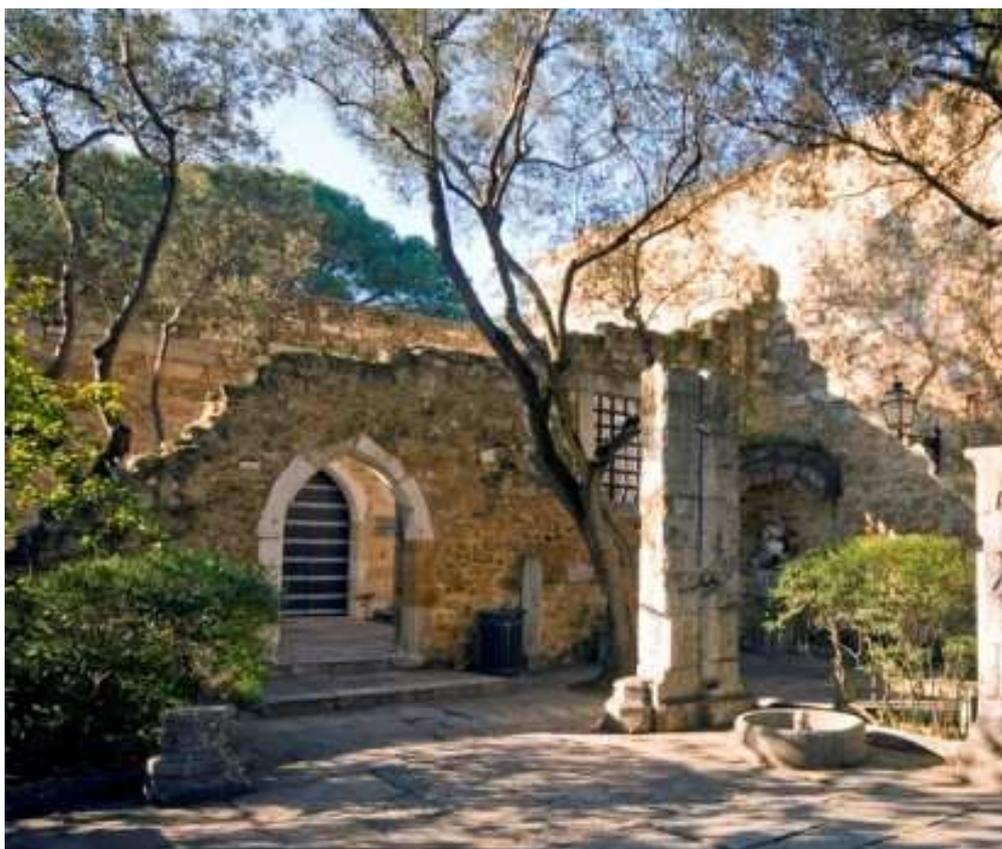
### 4.1.Torre Albarrã (12)

Segundo Rita Costa Gomes, no século XIV, os palácios no geral estariam interiormente organizados com divisões principais com uma Aula, a Câmara e a Capela que correspondiam a fases do quotidiano (GOMES, 1995: 306-314). No caso específico da Alcáçova de Lisboa, existiriam também um conjunto de edificações que dariam para o pátio interno do palácio onde se encontrava, entre outros, a Torre de Albarrã. Era nesta torre que D. Dinis guardaria, entre “outras coisas”, não especificadas em documentos da época, o seu próprio tesouro monetário

e alguma parte da restante moeda da própria Coroa (MELRO, 2016: 127). Já servia também para guardar documentos, como mais tarde se veria a verificar também pelas descrições de cronistas do século XV. Nesta torre fortificada era guardado também o ouro e a prata em bruto tornando-se numa espécie de ‘casa-forte’ com minúsculas janelas semelhantes às anteriores torres de menagem. Existem vários relatos de que já existiria no tempo de D. Afonso IV um arquivo fixo do reino (RIBEIRO, 1819: 49) havendo outras fontes mais tardias que situam o arquivo numa torre denominada ‘Torre do Tombo’, onde inclusive teria estado uma pintura datada de 1283 (DINIS, 1968: 152-158) pendurada na parede da Torre. Ao longo dos anos a Torre sofreu diversas destruições e alterações. Chamada primeiramente de Albarrã, serviu a partir do século XIV comprovadamente como Torre do Tombo onde se guardavam os documentos mais importantes do reino, tendo sido parcialmente destruída em 1755 (13).

#### 4.2. Capela

Através do pátio interior e jardins da alcáçova tínhamos acesso a outras das principais zonas da vivência dos monarcas, como é o caso da Capela de S. Miguel. Apesar de D. Dinis ter mandado erguer outra capela no Mosteiro de S. Dinis de Odivelas para aí ser sepultado (FERNANDES, 2011: 71-92), com o intuito de ser uma capela-funerária que estaria associada ao mosteiro, o monarca manda também fazer no seu próprio palácio uma Capela-igreja ‘digna de reis’, dedicada a São Miguel.



**Figura 4.** Arco ogival que pertenceu à antiga porta principal da Capela de São Miguel. Encontra-se no Castelo de São Jorge em Lisboa. **Fonte:** A Autora

A associação de uma Capela aos paços régios tornou-se sistemática a partir desta época mesmo nos restantes reinos hispânicos (SIDARUS, 2001: 38). Nos paços da primeira dinastia, as Capelas

régias eram frequentemente evocada a São Miguel, por exemplo, nos casos dos paços de Coimbra e de Lisboa. Até ao século XVI, apenas os palácios reais dispõem de capela em edifício próprio (NUNES, 2002: 115-118). A Capela de São Miguel, ou Capela Perpétua, foi fundada em 1299, foi construída com o intuito de o monarca ter uma capela próxima de si à imagem das restantes cortes, ‘digna dos mesmos’ (14). Ainda hoje se pode ver o arco da entrada da capela no actual castelo de São Jorge (vd. **Figura 4**). Aqui situava-se uma pequena biblioteca (15), como era hábito num *armarium* (CUNHA, 1996: 115-119), onde se guardavam os seus mais preciosos livros religiosos e de culto, como é indicado no seu testamento em 1322 (BRANDÃO, 1996: 382; SOUSA, 1946: 104). Nesta época este tipo de livros eram considerados de luxo estando ricamente adornados com metais e pedras preciosas na maior parte das vezes. A capela estaria ainda internamente decorada com pinturas murais, como outras capelas da época, e munida por um sumptuoso conjunto de objectos como uma cruz grande de ouro com um camafeu e pedras preciosas, outras cruces, *majestades*, um ‘barril’ de cristal com relíquias, e ainda, luxuosas peças para a prática do culto como capas, mantos e dalmáticas (MELRO, 2011: 57).

#### 4.3. Cozinha

Por norma as grandes cozinhas eram ligeiramente afastadas do espaço interno do palácio, ligadas através de um caminho interno ou externo pelo pátio (16). Apesar de não existirem descrições concretas sobre o sítio onde se situava a cozinha principal da alcáçova, esta deveria encontrara-se ligeiramente apartada do edifício central do palácio, numa das estruturas dentro do espaço que dava para o pátio. Os alimentos eram transportados para a mesa pelo mordomo e tanto estes como as bebidas eram primeiramente provados primeiro pelo cozinheiro, depois pelo copeiro de seguida e por fim pelo mordomo na presença do monarca (MATTOSO, 2011: 253). A importância dada à saúde do Rei como garante da protecção do seu ‘corpo místico’ era um factor importante para manter assim o representante máximo do reino e o descendente directo de uma linhagem educada e intelectual, defensora da religião cristã na Terra e que necessitaria de uma boa nutrição de forma a obter as virtudes para todas as práticas que o seu papel exigia, daí a importância e supervisão das áreas ligadas à cozinha, assim como, a divisão em diversos espaços específicos que garantissem um funcionamento perfeito e eficaz.

A cozinha da corte em Portugal dispunha na década de 1250 de, pelo menos, dois cozinheiros e um escrivão (GOMES, 2011: 32).

#### 4.4. Uncharia/Almazém

A Uncharia ou Unhão, referido também como “Hunce” ou “Eichão”, era o espaço e o responsável que estava ligado à administração da comida. Já aparecia referido no reinado de D. Afonso II (c. 1185-1223), como sendo o local onde eram guardados cereais, legumes e sementes secas, etc. O Unhão elaborava a documentação contabilística do armazenamento dos alimentos do monarca, tendo durante o reinado de D. Afonso III existido dois unhões (GOMES, 2011: 32). Devido ao número de animais e alimentos descrito por Rita Costa Gomes, que estariam na Uncharia durante este período, teremos que colocar este espaço como algo externo e anexo ao ambiente do próprio palácio, associado à cozinha e ao almazém. A Uncharia poderia ter coincidido com o Almazém, ou pelo menos estar directamente ligada a este último durante o reinado de D. Dinis devido às descrições de determinados alimentos, materiais e objectos que conhecemos que estavam guardados no mesmo.

No “Totum de almazém”, um edifício que pela descrição do conteúdo dos produtos que guardava deveria encontrar-se numa estrutura anexa também na zona do pátio, estavam

produtos de diferentes naturezas e ricas especiarias para serem usadas na cozinha do monarca. Estes eram considerados como bens de luxo ao ponto de serem nomeados nos bens da Casa como era o caso de um pinchel pequeno que tinha vindo do *Ultra mare* (17) cheio de açúcar razacente, arrantões de açúcar rosado e açúcar de Alexandria e ainda costararões onde se colocava o açúcar (MELRO, 2011: 48). Encontrava-se ainda outros produtos alimentares e especiarias como canela, genguire (gengibre?), cerca de 96 cidras e cestos asnaes para colocar as mesmas e cestos para peros, e entre outros, bens como o incenso, provavelmente para serem usados para acrescentar ao palácio um ambiente perfumado ou para as cerimónias litúrgicas na Capela (MELRO, 2011: 49).

Eram simultaneamente guardados neste espaço, conjuntos de objectos tão diversos como lorigas de cavalo, com as rédeas do próprio *corpore* do monarca, assim como, diferentes outras peças das mesmas tipologias. O departamento deveria ter sido consideravelmente grande tendo em conta a quantidade de objectos e tamanho de alguns como as espadas, lorigones (lorigas), a sela régia completa e outras peças relacionadas com a mesma como um considerável e luxuoso grupo de *armote* de cerimónia de montaria (MELRO, 2016: 146-148). Também muitas outras peças necessitariam, para a sua manutenção, de um espaço físico de maior dimensão e de determinadas condições de conservação devido ao seu valor monetário e raro. Neste espaço, por exemplo, D. Dinis guardava cerca de 100 arminhos (*Mustela erminea*), produto material exclusivo da realeza (extinto em Portugal por volta destes séculos), mas também raras matérias exclusivas, entre outras adereços que parecem ter sido para o monarca importantes ao ponto de discriminá-los nos seus bens no próprio inventário da sua Casa. Guardariam também quantidades maiores para serem depois serem usados em viagens ou aplicados no interior do palácio ou usados pelo Rei, inclusive peças da cama como alguns mantéis, almocelas, colchas (cardeais, de púrpura ou de lã), mantéis, véus, casteletes com insígnias de D. Dinis, almocelas (alguns destes três últimos com signos reais), chumaços e mais alfâmbares em grande quantidade, travesseiros, etc. (MELRO, 2011: 48-53). Existiam, porém, peças com um significado especial que, devido à forma como foram descritas, mostram claramente que seriam importantes, raras ou valiosas, guardadas dentro destes espaços. Para além dos arminhos ou dos ‘açúcares rosa de Alexandria’, descrevem 20 *Parias de Osis* (?), um conjunto de dezenas de peças de seda e tecidos de alta qualidade com detalhes que demonstram que os próprios eram sumptuosos, prontos a serem usados e aplicados às zonas do palácio ou ao séquito do monarca a qualquer momento (MELRO, 2011: 47).

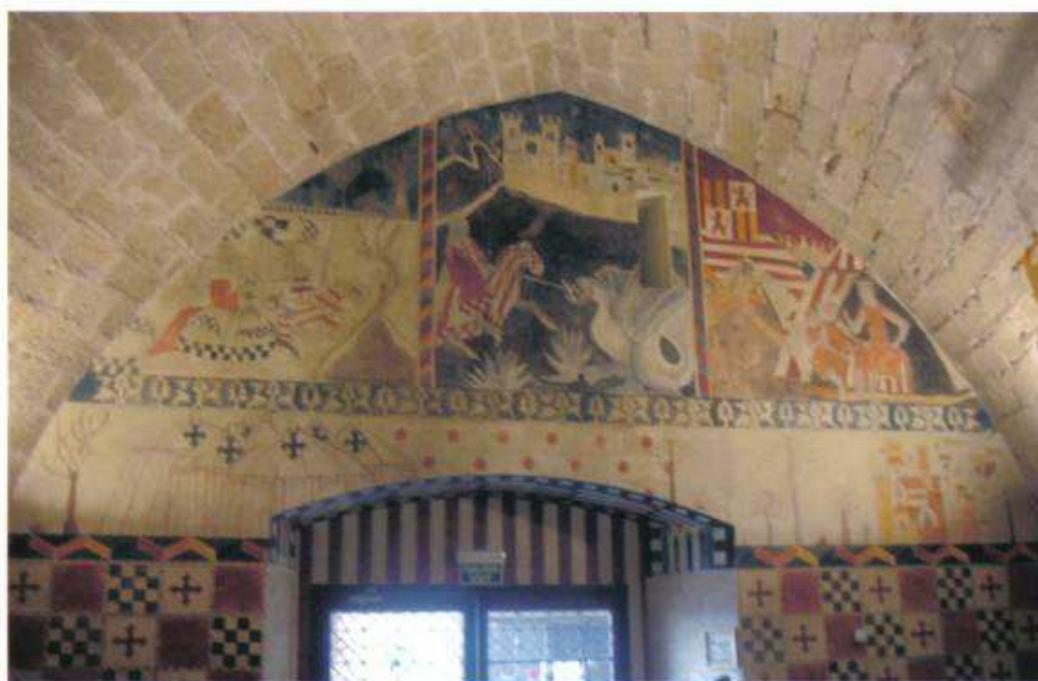
## 5. O Palácio e o seu interior

No interior do palácio, os espaços iam-se sucedendo desde a Aula, ou Salão primário e principal, até ao oratório do quarto de dormir. À medida que se acedia aos diferentes espaços internos existia gradualmente um acesso mais restrito. Os espaços seguintes que sucediam aos primeiros tornavam-se cada vez mais em zonas internas e protegidas, com menos pessoas a ter acesso aos mesmos. Os súbditos que a estes teriam acesso acompanhavam desta forma gradual a própria privacidade e intimidade do monarca.

Durante esta época, existiram diversos castelos na Península Ibérica que foram alterados transformando-os em palácios em que foram adoptados espaços para o ambiente da Corte, sem a necessidade e uma preocupação primária de serem uma estrutura castelar ligados à defesa da guerra (BARROCA, 1996: 801-822). Passaram desta forma a adoptar espaços funcionais adoptando aberturas internas e servindo das antigas estruturas internas como as ‘fachadas’ para a construção de novas realidades de ambientes palacianos. A fachada começa a ser aplicada como resultado de manter a privacidade e esconder a riqueza do proprietário, permitia a captação de toda a luz necessária ao espaço interno e passagem de ar através de um pátio

central aberto. As casas no Mediterrâneo apresentavam, em geral, paredes cegas para a cidade. A título de exemplo, em Castela, o rei Afonso XI (c. 1311-1350) vivia simultaneamente em ‘El Alcácer Seguir’, na sua “Casa ou Residência menor”, um imóvel de carácter monumental constituída por um Salão, um pórtico tripartido, albergando ainda pátios interiores e jardins, que como fez D. Dinis anteriormente na alcáçova, adoptou como uma espécie de atitude de *spolia* urbanística, de um anterior e magnífico palácio que tinha sido anteriormente construído pelos emires murcianos no século XIII. Os palácios árabes peninsulares já continham espaços de retiro e lazer íntimos com conforto (RUGGLES, 2004) adornados com cortinas de seda e outros tecidos sumptuosos essenciais para a criação de um ambiente de privacidade, tanto para as dançarinas frequentemente presentes nestes espaços como para as mulheres do harém que se centravam num pátio central decorado com águas e belos jardins (ROBINSON, 2002).

Apesar de nenhum palácio em Portugal ter chegado aos dias de hoje com as características da época, sabe-se que, a partir do século XIII, os palácios na Península Ibérica, possuíam nos seus espaços interiores tapetes e pinturas com motivos de heráldica e de feitos heróicos a decorar as paredes, como se pode observar ainda hoje em Alcaniz (vd. **Figura 5.**) e nas descrições do interior do palácio de D. Jaime II de Aragão, o irmão da rainha D. Isabel (c. 1271-1336) esposa de D. Dinis (CID PRIEGO, 1962: 274-277; COMPANYS Y FARRERONS; MONTARDIT Y BOFARULL, 1995: 24).



**Figura 5.** Pinturas na parede do Castelo de los Calatavos, em Alcaniz, final séc. XIII- princípio séc. XIV. **Fonte:** A Autora

O modelo habitacional pode ser definido como uma especificidade ibero-árabe, um aproveitamento da construção e decoração árabe aplicada à realidade cristã, como uma espécie de *spolia* arquitectónica e decorativa, que no seu conjunto tinha como principal característica a orientação do palácio em torno do pátio comum (18). Estas práticas traduziriam através das circulações culturais, gostos que eram desenvolvidos e hábitos que nas cortes adquiriram características próprias, com novos modelos de organização e de vivência nos espaços interiores que se associavam às práticas e à cultura numa forma quase esteticamente também arabizada (FERNANDES, 1998: 269-276; FERNANDES, 2000). Contudo, em Aragão durante esta época adoptavam-se as mesmas atitudes de aproveitamento de antigos espaços e infra-estruturas

castelares como a que Jaime II (c. 1267-1327) recuperou e reconstruiu para o seu principal local de habitação transformando um antigo palácio com as bases e raízes na época romana, onde teriam habitado reis visigodos, num novo espaço com um pátio central onde ergueu uma Capela, algumas torres e um novo núcleo arquitectónico (COMPANYS Y FARRERONS, MONTARDIT Y BOFARULL, 1995).

### 5.1. Salão e ambiente

A continuidade de alguns modelos arquitectónicos e técnicos podem ser testemunhados quando da reparação dos pavimentos da cozinha e do salão, tendo as mesmas soluções sido aplicadas às próprias obras de reestruturação do interior na época. A primeira divisão parece ter sido a sala ou salão onde, poderiam entrar ‘todos’ segundo informações mais tardias fornecidas no Leal Conselheiro de D. Duarte (MARQUES, 2010: 101), seguindo-se, entre outras divisões paralelas menos importantes, a Antecâmara ou Câmara de paramento, e mais reservada a Câmara de dormir e a Trecâmara e finalmente por vezes ainda o Oratório um espaço individualizado de retiro espiritual do monarca (MARQUES, 2010: 101). Durante o reinado de D. João I foram feitas importantes obras no Paço, em 1433. Na época a alcáçova era composta por várias divisões, onde se destacava a “sala grande” que tinha cerca de 48 passos de comprimento por dezoito de largura e onde se reuniram cortes e se realizaram muitas cerimónias e festas oficiais (MATTOSO, 2011: 83).

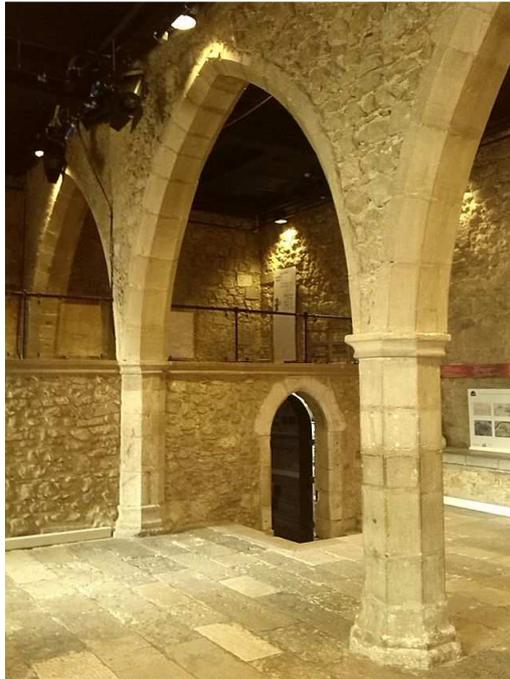
A primeira sala teria características semelhantes às representadas nas imagens das Cantigas de Santa Maria e nas Las Sete Partidas de Afonso X, elaboradas pelo avô de D. Dinis, Afonso X de Castela e Leão. Estaria dividida com fachadas e por arcos ogivais e colunelos decorados com o fundo com cores e padrões que criariam um ambiente confortável e acolhedor (vd. **Figura 6.**).



**Figura 6.** Afonso X sentado no seu trono no salão rodeado dos seus serviçais, princípio da segunda metade do séc. XIII. Iluminura retirada de *Las Sete Partidas de Afonso X*. **Fonte:** Afonso X, o Sábio (Rei de Castela), *Las Siete Partidas del Rey Don Alfonso El Sabio*, cotejadas con varios codices antiguos por la Real Academia de la Historia (1807), 3 T., Madrid, Imprensa Real.

O único local sobrevive do Palácio Régio é onde está hoje situado o museu e uma casa abandonada adaptada a restaurante no castelo de São Jorge, com grossas colunas e colunas arcos ogivais também da época, que dividiam os espaços e suportavam a estrutura. Esta última sala coincidiria com primeira sala da entrada principal com o próprio Salão nos tempos

medievais (vd. **Figura 7.**). Os modelos decorativos para os pavimentos nas primeiras divisões, tanto no salão como da cozinha, eram na sua maioria coloridos onde a dominante era o ocre (MUSEU NACIONAL DO AZULEJO, 2013).



**Figura 7.** Arcos ogivais do salão da antiga Alcaçova de Lisboa, zonas que foram sendo alteradas entre o século XIII-XIV: actualmente incorporadas no Castelo de São Jorge. **Fonte:** A Autora

Os tecidos usados na decoração e uso eram muitas vezes fabricados na própria *dar al tiraz* ou atelier real de tecidos com uma profunda influência dos tecidos nazarí obtendo uma produção com um gosto próprio hispano-muçulmano, tal como se passava em Castela-Leão, mas também um gosto por mantéis e tecidos franceses, descritos nos inventários e nos reinos hispânicos (PARTEARROYO LACADA, 2005; OLIVAR, 1986). No entanto, alguns tecidos eram trazidos pelos mercadores portugueses, ou pelo próprio almirante genovês de D. Dinis, Micer Manuel Pessanha (a partir de 1303), através do comércio marítimo, dos portos castelhano-leoneses ou catalães (ROSSI VAIRO, Janeiro-Junho 2013). Ou ainda, eram provenientes de dotes e peças que se trocavam nos casamentos que eram constantes nesta época entre as cortes hispânicas (RODRIGUES, 2012). Estes efeitos eram conseguidos através da aplicação de finos tecidos e sedas coloridas, assim como almofadas e ‘panos de armar’ que proporcionavam um certo conforto mas também uma separação dos diversos espaços e uma maior intimidade. No que refere aos bens da Casa de D. Dinis uma enorme quantidade e diversidade de sedas de várias cores, algumas debruadas a ouro, véus tanto de seda como de outros materiais, almofadas, cendais, mantéis de luxo, toalhas francesas, almocelas novas de púrpura; ainda uma grande variedade de panos com diversas aplicações de outros sumptuosos tecidos, assim como ouro e prata, tapetes, etc., decoravam os espaços interiores (MELRO, 2016).

Desta forma, criavam-se áreas específicas que nas iluminuras deste período aparecem sempre representadas de forma simplificada com um carácter representativo-simbólico. Parece ter existido uma atitude de separação e decoração dos diversos espaços no Salão como podemos observar na figura 6 em muitas outras imagens da mesma obra literária e de outras da época. Seria neste espaço que durante as refeições seriam colocadas mesas e os que aí se sentavam faziam-no hierarquicamente consoante o lugar que ocupavam na Casa do monarca. As mesas principais eram cobertas de ricos mantéis com toalhas e, por cima destas, colocadas ao serviço

alfaias constituídas por napeiras que serviam de guardanapos, talhadores, salsários, copas, vasos, pinchéis, etc., costumando o monarca se sentar sobre um estrado, para ficar mais elevado dos restantes, ou num local distinto à parte (vd. **Figura 8.**) (MATTOSO, 2011: 253-254).



**Figura 8.** Mesa da Corte de Jaime I com os respectivos cortesãos e onde o rei aparece a ser servido numa mesa à parte, em 1247, “O Rey Jaime I E Eo Banquete Dado Por Per Martell en Tarragona”. **Fonte:** Escrito em Barcelona: iluminura retirada da Crónica de Jaume I de Aragão, intitulado “Livre de les Feys”.

O próprio D. Dinis, como referido, possuía sedas e panos que teriam também como função a decoração de reposteiros para a divisão dos espaços até dentro do Salão, mas também em outras partes da alcáçova à semelhança do que observamos na Figura 6. Verificamos que as cores se repetem entre azuis, dourados e vermelhos, como nas restantes iluminuras produzidas na Península Ibérica neste período. Descrições tardias descrevem o chão do palácio decorado com a rosa "gótica", heráldica, animais, plantas, em azul-cobalto e castanho de bióxido de manganês, sobre branco estanífero. Em Portugal, pelo menos desde o século XIII, se usaram pavimentos de mosaico vidrado, resultantes do encadeamento de formas geométricas em cores lisas, como os do Mosteiro de Alcobaça e do Castelo de Leiria (19).

## 5.2. Copa

Entrando mais adentro no palácio, e nos restantes departamentos da casa, compreendemos que existia um ritual específico para cada um dos lugares e que depende de uma particular organização de tarefas a desempenhar, que necessita da acção conjunta de vários serviços de confiança. Existe, pois, uma reconstrução através da análise da associação das diversas tarefas e espaços descritos nas fontes, entre o modo como os súbditos régios se estruturavam e a forma que teriam os diferentes cerimoniais. Os próprios servidores dos monarcas, a quem eram

confiados os ofícios ligados à comida, viam nas suas atribuições rituais uma vertente indissociável dos seus deveres e até, quiçá, esta acção fosse a parte mais prestigiante das suas tarefas (GOMES, 2011: 27, 33-34). Os ritos da comensalidade na corte não podiam realizar-se sem determinados recursos materiais, e por isso é necessário saber como se obtinham e como se geriam, ou seja, como evoluiu a administração desses recursos para tornar possíveis esses momentos em que, por exemplo, a comida se consumia também de forma hierárquica, com um rito próprio (GOMES, 2011: 27). Na Copa na época serviriam dois serviçais responsáveis (GOMES, 2011: 32). Estes controlavam, guardavam e punham em uso os objectos mais extraordinários e luxuosos usados nas ocasiões especiais em que se transportavam ricas baixelas destinadas a ser usada e exposta, cuja quantidade nesta época era considerável, comprovado através da análise do inventário da Copa e da Escançaria do rei D. Dinis (MELRO, 2011: 53-56).

Não surpreende, pois, que este monarca tivesse ao seu serviço dois “arinteiros” (20) guardas da baixela de prata e muito provavelmente a de ouro, que apesar de não vir referida nas suas contas da casa deixa no seu testamento em 1299 ao seu filho Sancho IV (c. 1258-1295) (SOUSA, 1946: 125-132). A maior parte da restante baixela discriminada, e de prata, encontrava-se neste local indicando que à época o Copeiro-mor fosse Pedro Pelagi (c.?) ainda na Casa do infante D. Dinis. Na sua maioria eram copas e vasos de prata, assim como outros objectos da baixela como um considerável número de pincheis, e uma copa de Macanis que era dourada à volta do bebedouro e do pé (MELRO, 2011: 54-56).

### 5.3. Escançaria

A Escançaria seria um espaço que servia para dispor o vinho, fazer provas e prepará-lo para servir, mas muito provavelmente seria o sítio onde o Escançano/Escanção-mor, Laurêncio Martins, durante este período, os provaria antes de serem posteriormente encaminhados para a Copa ou para a mesa do monarca. Seria uma zona onde se encontrava um menor número e variedade de objectos a uso, pertencente a uma das baixelas do monarca, de uso mais frequente e não tão valiosas como outras descritas e guardadas noutros compartimentos do palácio (MELRO, 2016: 155- 157). Era uma espécie de pequena dispensa num espaço, no interior do palácio, anexado à Copa ou ao Salão onde eram guardados, reagrupados e distribuídos de seguida os bens que estivessem mais directamente relacionados com o vinho garantindo a melhor qualidade dos produtos feitos para o monarca. Existia ainda paralelamente, relacionada com esta, uma *Regueifeira* do Rei e outra da Rainha, cuja integração estava situada nos serviços da cozinha, no entanto, não é explícita nas fontes (GOMES, 2011: 33). Ainda durante o reinado de D. Afonso III vêm referidos diversas vezes em determinados documentos o uso deste último espaço e a importância dada ao vinho e seu serviço (Ibidem, 2011: 33-34; GONÇALVES, 1997: 26-27). À Escançaria pertenciam como peças mais importantes, em 1278, diversos vasos de prata, algumas *napeiras* e *tagaras* algumas em prata existindo mesmo um objecto específico do local chamado de ‘vaso de prata de escançaria’ (MELRO, 2011: 53-54).

### 5.4. Reposte

O Reposte seria uma espécie de antecâmara ou de Câmara de Paramento (SILVA, 1993: 24-25), situar-se-ia numa secção posterior à Sala ou Salão e anterior à Câmara de Dormir/Leito, com o objectivo de servir de depósito ao vestuário, parte das baixelas e jóias do monarca. Este espaço era mais reservado, onde só já tinham acesso alguns dos serviçais, devendo ter assumido diferentes formas dependendo da quantidade de objectos do monarca. No final do século XIII, na Alcáçova de Lisboa, o Reposteiro-mor era até 1279 Estevão Eanes que exercia

simultaneamente o cargo de Chanceler (MELRO, 2011: 38). Neste local encontravam-se os selos de validação e os seus *frenos*, muito provavelmente usados pelo Rei ou Chanceler por este ser também um dos locais de escrita de importantes documentos pelo monarca mas também algumas peças, possivelmente numa *trescâmara*, assim como, uma cela de cavalo, provavelmente executados com materiais raros ou nobres, como outras da época em marfim (com umas cordas e *massis* de freno, com *estrabeira*, esporas e pregadura e um alqueixar de 4 cubitis e meio de contrafeito de Burges) (MELRO, 2011: 45).

Durante o reinado de D. Dinis, aparecem referidos para este espaço cerca de 100 itens pertencentes a baixelas, muitos destes herdados e pertencido à Casa do seu pai, D. Afonso III. Estavam ainda guardados objectos, que se podem considerar como de Regalia familiar do monarca, como é o caso de um “vaso” com os sinais de uma águia e um leão, que tinha sido doada pela sua mãe D. Beatriz, ou ainda partes de uma espada que tinha sido “do rei” - D. Afonso III -, como um número significativo de gemas preciosas (16 rúbis *Balays* e 2 cristais tintos, um *balays* pequeno, 14 safiras e 32 esmeraldas) (MELRO, 2016: 134, 138). Guardadas neste espaço estavam também as jóias do monarca e quase cerca de duas centenas de pedras preciosas e semi-preciosas soltas, assim como camafeus, prestes a serem introduzidas em futuras peças sumptuosas.

Para decorar o espaço e arrumar aparecem descritas arcas ferradas e *incoiratas* que conteriam objectos tão diversificados como 30 escudetes e quatro castelos de *Orpel* com os sinais de D. Dinis, pendões ‘laurados’ a ouro e em seda com os sinais do monarca, mantéis, cendáis, púrpura, etc. (MELRO, 2016: 152). Sedas de diversas cores e tecidos finos feitos de fios de prata de forma isolada que se destinavam a integrar novas peças de vestuário como a decorar o próprio ambiente palaciano. Ainda neste espaço existia um grupo de roupa interna e externa do rei que era cuidadosamente decorada na maior parte das vezes com os seus sinais onde parece ter havido uma preocupação com a decoração e harmonia das cores dos mesmos, e por fim, uma grande quantidade de tecidos muito diversificados bordados a ouro, véus, sedas e púrpura (Ibidem, 2016: 148-153). Eram aqui guardadas também as roupas de leito mais ricas e significativas, inclusive outros 100 arminhos que estariam para uso, para além dos que restantes que se encontravam guardados no almazém (Ibidem, 2011: 47).

#### 5.4. Câmara de dormir, ou ‘de leito’

Encontramos numa parte mais interna e segura a Câmara de leito como um dos pontos mais recolhidos, depois do Reposte, onde já só entravam aqueles que estavam directamente relacionados o Rei e da sua extrema confiança. Pensa-se que é provável que já neste tempo existisse antes da camara de dormir uma ante-câmara, reservado à vivência mais íntima do monarca e a guardar peças de mais valor, seguida de um outro espaço conhecido como a *trescâmara* onde o monarca se vestiria e despia, espaço este que aparece relatado em reinados posteriores (SILVA, 2010: 82). Existiam alguns objectos de uso mais pessoal que seriam muito provavelmente usados nesta zona, ou numa *trescâmara*, como um “barril” de cobre (muito provavelmente um aquamanile) que servia somente para aquecer água para as costas do monarca, um fuzil de cobre com a sua arqueta com tabulas que ajudavam ao seu transporte e ainda espelhos em prata, um almofariz “com a sua mão” e candeias para óleos (MELRO, 2011: 109). As refeições simples e diárias eram servidas em privado numa mesa armada na sua Câmara, ou na Antecâmara, com rituais próprios. Segundo José Vieira da Silva, estes dois espaços teriam existido mais tarde no século XV (SILVA, 1993: 24-25).

É possível que já nesta altura existisse realmente uma ‘Trecâmara’ ou quarto de vestir associado ao de dormir e ainda por último, como o ponto mais interno de toda a alcáçova um oratório para o retiro unicamente do monarca (SARAIVA, 1995: 84-85).

Na Câmara de leito eram usadas diversas tipologias de roupa de leito, mantéis, almocelas e colchas com diferentes origens, luxuosamente debruadas com fios de ouro, prata ou em tecidos raros, sedas e púrpura, sendo que muitos deles possuíam as suas insígnias. O espaço estava munido de conforto recheado com almandraques, chumaços de penas, alfâmbares franceses e de Palência, véus, mantéis novos e outros axadrezados (MELRO, 2016: 152, 154). Como decoração e protecção do espaço existiam esteiras mouriscas, um guadamecil, toalhas e mantos. Para maior conforto o espaço era preenchido no chão com inúmeras esteiras algumas delas mouriscas, panos e tapetes, provavelmente alguns mais trabalhados seriam aplicados às paredes. É provável que D. Dinis possuísse como por exemplo D. Brites (c. 1293-1359), esposa do seu filho, uma cama, que para além dos alfâmbares, almadrques, almocelas, chumaços de pena e outros sem ela que aparecem descritos, um dossel e/ou cortinados, que aparecem descritos no seu enxoval da sua nora, que possuía cortinas de cama de vários tipos de tecidos sumptuosos e de vários locais (SOUSA, 1739 a 1749: 569-574). Calcula-se que sobre um estrado de uma rica cama se colocariam um enxergão de palha ou feno, de seguida um almadrque, por cima um outro tipo de colchão mais mole e finalmente um de penas (FERREIRA, 1997: 33-63). De seguida sobre a cama encontrávamos então em ricas peças debruadas e entrelaçadas em fios de prata e ouro, lençóis “de lenço franceses” como os mencionados no enxoval de D. Brites, seguidos de almocelas (cobertor mais leve), cobertas e mantas (mais decoradas que os cobertores), e por fim, colchas de diversas zonas afamadas, ornamentadas e bordadas (MARQUES, 2010: 104).

Apesar de não haver descrições deste quarto para esta época, sabemos que outros nobres relevantes como D. Vataça (c. 1268-1336) possuíam tecidos com motivos zoomórficos agrupados ou descrições mais simples geométricas (COELHO, 1987: 33-77 e 96) D. Dinis possuía com certeza também nos seus panos e tecidos descritos no seu tesouro este tipo de decorações observáveis em algumas imagens das *Cantigas de Santa Maria* e do *Livro dos Castigos* de D. Sancho IV de Castela e Leão (r. 1284-1295), onde se encontram representadas a sua manta e almofada (vd. **Figura 9**). Ambas, encontram-se na Catedral de Toledo e foram peças confeccionadas com tecidos elaborados em fios de seda com inspiração árabe e heráldica típica deste período (PARTEARROYO LACADA, 2005).

Podemos ainda atestar estas algumas características da decoração dos tecidos e peças de vestuário, em Portugal, através de dois fragmentos provenientes do túmulo do bispo de Coimbra Estevão Eanes Brochado (b. 1318- ?) que apresentam um fundo com losangos decorados com castelos e leões, e ainda, da mortalha de D. Isabel (c. ?), neta de D. Dinis restos de tecidos dourados com motivos geométricos e dragões (24). Estas peças de leito eram consideradas objectos de luxo, como podemos observar na figura 9, e eram usadas na cama e no espaço íntimo real guardados em quatro arcas “encoiradas” no Reposte. Juntamente estavam também guardados com a roupa do monarca. Existe ainda uma almofada em Espanha, próxima deste período, que pertenceu a Berenguela de Castela (c. 1180-1246) e duas do infante Fernando de la Cerda (c. 1255-1275) que se encontram no Museu de Telas Medievales de Burgos, uma do rei Sancho IV de Castela e Leão quês e encontra no Museu da Catedral de Toledo, executadas com finos fios de ouro em padrões com motivos zoomórficos intercalados com as respectivas insígnias do nobre e por vezes com letras cúficas.

## 6. Conclusão

A mudança do Paço real para a Alcáçova de Lisboa resultou de diversos fenómenos práticos, políticos e orgânicos. Esta manifestação foi fruto de um imaginário régio que se espelhou através da decoração dos espaços e objectos que são usados, assim como, a preferência e escolha de determinados materiais que criaram um ambiente da Corte envolvido em cultura e riqueza.

Não é possível saber se os espaços analisados que compunham a Alcáçova de Lisboa corresponderiam, efectivamente, às áreas mais importantes durante o reinado de D. Dinis, nem com maior detalhe as suas delimitações e conteúdos. Porém, podemos concluir algumas das características, usos e tendências que possuíam como integrando uma espécie de modelo régio habitacional ibero-islâmico, usado até ao final do século XIV. Este modelo teve como principal distinto o aproveitamento das características e espaços existentes, com uma orientação em torno de um pátio comum, e em geral, um *locus amoenus* (a tentativa de reproduzir um ambiente paradisíaco, que ultrapassa o próprio sentido de simples cenário, que serve de ambiente 'digno de reis').

Através deste estudo, foi possível identificar modelos arquitectónicos mediterrânicos, com temas mitológicos retratados em sumptuosas peças dos monarcas cristãos que adornavam os palácios em harmonia com o reaproveitamento dos palácios muçulmanos que proporcionavam estes novos ambientes. A decoração original fundiu-se com novas funcionalidades necessárias às práticas na Corte. Alguns dos materiais e espaços existentes foram reaproveitados em jeito de *spolia* arquitectónica e de décor, onde os pavimentos de salões, cozinhas, colunas, arcos ogivais internos e paredes, reflectiriam programas estéticos específicos de influência da cultura árabe, desde a presença almorávida. Estes sinais traduziriam, assim, o aparente sincretismo cultural, próprio das culturas cristãs hispânicas e através do luxo a presença da rica cultura nazarí, deste período, com os conhecimentos e artesãos presentes no interior das cortes. Tecidos, objectos e decoração eram muito provavelmente realizados por artesãos árabes a cargo directo da Coroa, sendo neles introduzidos elementos heráldicos das monarquias hispânicas.

É um novo sistema de valores que se difunde por meio da acção prática e do exemplo dado pelo monarca, este é construído pelo conjunto do seu próprio quotidiano, nos espaços onde age e na forma como se apresenta. O espaço de vivência e os luxuosos tesouros dos monarcas contribuía, decisivamente, para uma imagem de prestígio que necessitavam impor como modelo de mensagens, poder, espiritualidade e cultura servindo-se de exemplo para a restante sociedade para compreender os usos e gostos nos espaços em que os mesmos habitavam, contendo características específicas dentro da realidade Ibérica. Apesar de muito pouco ter chegado aos nossos dias, enquanto registos históricos do Palácio Régio da Alcáçova de Lisboa, conseguimos de forma integrada e inovadora acrescentar à história deste espaço uma nova percepção sobre o gosto, os materiais, os costumes e a vivência de um conjunto vasto de participantes que constituíam a Corte lisboeta no reinado de D. Dinis.

### NOTAS

(1) Como se pode constatar nas imagens presentes nas *Cantigas de Santa Maria* de Afonso X de Castela-Leão (vd. **Figura 1.**); para o exemplo aragonês ver: OLIVAR, Marçal - Els tapissos francesos del rei en Pere el Cerimoniós. 1986.

(2) O próprio D. Dinis entre os seus bens mais importantes que inventaria refere também o incenso.

(3) Este termo usado por Huizinga sugere que o jogo é primário e essencial (embora não suficiente) da geração de cultura. Cit. por HUIZINGA, Johan - *Homo ludens*; a study of the play-ement in culture, 1955.

(4) Durante o reinado de Afonso III, os próprios serviçais mais próximos da sua Casa, coincidem em parte com a própria Corte. Este monarca, apesar de ter feito muito poucas doações à nobreza, fez algumas importantes aos seus vassallos mais íntimos, como foi o caso do Chanceler Estêvão Anes, o futuro mordomo-mor João Peres de Aboim, João Soares Coelho e mais uns poucos da sua directa e extrema confiança. Ao assumir o poder e para o confirmar, atraiu determinada nobreza, à Corte. Cf: VENTURA, Leontina, *A Nobreza de Corte de Afonso III*, 1998, p. 133-135.

(5) Desenvolvem-se fora da área física palaciana como uma espécie de ‘braços’ régios de administração, jurisdição, e execução entre 1301-1305 e 1309-1315. Centrados no domínio de regularização judicial, controle executivo, reformas processuais e administrativas, reforçando desta forma o funcionamento à parte da Corte de algumas instituições em Lisboa. Simultaneamente dentro da própria Corte passou também a existir uma maior organização e definição das diversas funções e cargos que passam a existir permanentemente. Cf: SIDARUS, Abel; REI, António - Lisboa e o tremo segundo os geógrafos árabes. *Arqueologia Medieval*. 2001, p. 37-72.

(6) Em árabe “banhos quentes”.

(7) Referido na descrição dos bens do Rei na era de 1337 (em 1299), em Lisboa, demonstra a centralização e organização de toda a cidade como centro do poder régio: Cit. por SILVA, A. Vieira - *As muralhas da Ribeira de Lisboa*. *Arqueologia Medieval*. Vol. II, 1987, p. 24,28 e 34-35, com informações recolhidas do *Repertório dos Bens de D. Dinis em Lisboa, feito na era de 1337*, e copiado por Fernão Lopes na era de 1459 (ano 1421), que se encontra no *Livro dos Bens dos Proprios dos Reis e das Rainhas*, fl. 34.

(8) Imagem da Alcáçova de Lisboa no século XVI: BRAUN, Georg, “Olisipo, sive ut pervetustae lapidum inscriptiones habent, Ulysippo, vulgo Lisbona florentissimum Portugalliae emporiu”, *Civitates Orbis Terrarum*, vol. I [material carto-gráfico], Colónia, 1572. Existe ainda uma gravura em cobre igual, com dimensões de altura 377mm e largura 470 mm no Museu da Cidade em Lisboa datada de 1593. “Vista em Perspectiva de Lisboa” gravura em cobre, anónima. 2ª Metade do séc. XVI inserida na obra de Georgio Braunio, *Civitates Orbis Terrarum*, vol. V, 1593 Museu da Cidade.

(9) Cit. por SILVA, A. Vieira, *As muralhas da Ribeira de Lisboa*, p. 24; para formar a sua Casa, D. Dinis herdou de D. Afonso III o seu tesouro para compor a mesma, em 1279, ano em que se instalou na Alcáçova de Lisboa: MELRO, Rita A. - *O Tesouro de D. Dinis no contexto dos tesouros europeus*, 2016; COELHO, Maria da Cruz; HOMEM, Armando - *Portugal em definição de Fronteiras: do Condado Portucalense à crise do século XIV- Nova História de Portugal*, (coords.) Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques, vol. III, 1996, p. 699.

(10) Sentença de D. Dinis, a 18 de Junho da era 1334 (1296).

(11) A prova deste fenómeno, pode ser o interesse dos serviçais mais próximos do futuro Afonso III pela literatura e a influência exercida sobre os mesmos. D. Afonso III ao viver na sua juventude na rica corte francesa junto da sua tia, Branca de Castela (c. 1188-1254), casada com o rei Luís VIII (c.1187-1226), daí pode ter sido favorecido o seu primeiro casamento com Matilde de

Bolonha, e ter trazido uma visão inspiradora que fortalece a sua posição política e cultural através da intervenção física nos diferentes espaços do reino. Ver: DIAS, Isabel - D. Dinis e a poesia - Corte cultas e prática poética (o tema do olhar). Actas dos Encontros sobre D. Dinis. 2011, p. 45-58.

(12) O nome vem da palavra árabe: "al-barran".

(13) Como descreve Cristóvão Benavente, escrivão da Torre do Tombo, em 1583.

(14) Baseando-se nas considerações de Pedro Miranda Rebelo, no século XVIII, João de Barros teria afirmado que a torre teria sido mudada para os Paços da Alcáçova na época de D. Dinis, ver: REBELO, José Pedro de Miranda - Extracto do Real Archivo da Torre do Tombo oferecido á augustissima rainha e senhora D. Maria I. 1904, p. 6-7; (e o original que estará na base desta publicação encontra-se na secção de manuscritos da Biblioteca Nacional (códice nº 7.671) e não se apresenta datado; contudo, por elementos do texto é possível afirmar que ele é posterior a 1776 e anterior a 1799); ainda sobre J. Vilhena de Barbosa diz o seguinte: «Na primitiva casa da torre via-se um quadro, de pintura muito antiga, em que estava representado um solho, de tamanho natural, com um letreiro que dizia: *"No anno de MCCCXXI, junto a Montalvão, no Tejo, se tomou um solho da grandeza, que representa esta pintura e pesou pelos pesos de Santarem XVII arrobas e meia, de que ha justificação n'este archivo, que n'elle mandou lançar D. Diniz, a quem se presenteou, como consta da mesma justificação"*. A data do letreiro é da era de César, que corresponde ao ano de Cristo de 1283. Como se depreende pela linguagem usada, o letreiro seria posterior à pintura»: Op. cit. BARBOSA, J. de Vilhena - Creação dos archivos na Europa: Archivo da Torre do Tombo em Lisboa. Estudos historicos e archeologicos. 1874, p. 9. A existência da pintura, só por si, não prova que o arquivo já se havia fixado em 1283, pois não há uma datação exacta da referida pintura; sobre o tema ver ainda: SILVA, A. Vieira da - As Muralhas da ribeira de Lisboa, vol. I, 1940, p. 187-188.

(15) Em 1452, existe uma Carta de quitação das obras no Paço por João de Alverca; com referência à edificação da biblioteca, com pagamento de 55 reais ao carpinteiro Simão pela feitura de duas mesas para a mesma; Informações retiradas de: Castelo de São Jorge e Cercas de Lisboa, Sistema de informação para o Património Arquitectónico, visitado a 12 de Julho de 2014.

(16) A separação no serviço da cozinha, explicitamente mencionada nesta fonte portuguesa, é conhecida para o contexto castelhano, nomeadamente para a Corte de Sancho IV de Castela (r. 1284-1295), e também na corte dos monarcas aragoneses, a partir do reinado de Pedro II de Aragão (r. 1276-1285). O Ideário Patrimonial // Rita A. Melro // pp. 42 - 70

(17) Expressão que se usava para designar 'do outro lado do Mar Mediterrâneo'

(18) Na sua origem, encontram-se modelos mediterrânicos de reconhecida antiguidade, onde se incluem os greco-romanos, na organização interna da casa não se propagaria para os modelos arquitectónicos e de técnicas construtivas aplicadas nas paredes durante os restauros, o que denota alguma estabilidade de padrões andaluzes em contexto cristão.

(19) Em Portugal, talvez desde o século XIII, teriam sido usados pavimentos de mosaico vidrado, resultantes do encadeamento de formas geométricas em cores lisas, semelhantes aos do Mosteiro de Alcobaça e do Castelo de Leiria, tendo-se passado, na segunda metade do século XV, a aplicar pavimentos de alfardons com losetas e de tijolos com rajolas: Cit. por Museu do Azulejo - Século XV e XVI. Azulejaria arcaica. Museu Nacional do Azulejo [Em linha]; há um exemplar no Museu Nacional do azulejo de um Mosaico cerâmico de Rajola Manises (?), do ano

de 1480-1490 Barro com engobe azul e branco, vidrado, proveniente do antigo Paço da Alcáçova, MNAz, Invº 2.

(20) Atestado no documento datado de 1321: ANTT, Gaveta 2, maço 1, n. 4. A palavra «arinto» surge já no século XII como sinónimo de “prata”. Op.cit. LORENZO, Ramón - Sobre cronologia do vocabulário galego-português: (anotações ao ‘Dicionário Etimológico’ de José Pedro Machado). 1968, p. 28.

## BIBLIOGRAFIA

AFONSO X, *o Sábio* (Rei de Castela) - **Las Siete Partidas del Rey Don Alfonso El Sabio, cotejadas con varios codices antiguos por la Real Academia de la Historia (1807)**. Madrid: Imprensa Real. 3 T.

AL-HIMIARI - al-Munim - *Kitab ar-Rawd al-Mitar*. In BORGES COELHO, A. (ed. lit.) **Portugal na Espanha Árabe**. Lisboa: Editorial Caminho. 1989. Vol. 1. ISBN 9722104209.

BANGO TORVISO, J. L. (coord.) - *Maravillas de la España Medieval. Tesoro sagrado y monarquía*. Valladolid: Junta de Castilla y León. 2 vols. 2001. ISBN 9788487739972.

BARBOSA, J. de Vilhena - *Creação dos arquivos na Europa: Archivo da Torre do Tombo em Lisboa. Estudos históricos e archeologicos*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 1874. Fundo Geral Monografias, Biblioteca H.G. 6530 V.

BRANDÃO, Fr. Francisco - **Monarquia Lusitana**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casada Moeda. 1996. Vol. V. ISBN 1976 978-972-1694-9.

BRANDÃO, Fr. Francisco - **Monarquia Lusitana**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casada Moeda. 2008. Vol. VI. ISBN 978-972-27-1695-6.

BRAUN, Georg - *Olisipo, sive ut pervetustae lapidum inscriptiones habent, Ulysippo, vulgo Lisbona florentissimum Portugalliae emporiu. Civitates Orbis Terrarum*. Vol. I [material cartográfico], Colónia: 1572. Vol. I [material carto-gráfico].

BURKART, Lucas [et al.] - *Le trésor au Moyen Âge. Discours, pratiques et objets*. Firenze: Sismel – Edizioni del Galluzzo. 2010. ISBN 9788884502544.

CARRERAS Y CANDI, F. - *Redreç de la reyal casa: ordenaments de Pere “lo Gran” e Anfós “lo Lliberal”*. **Boletín de la Real Academia de Buenas Letras de Barcelona. Barcelona: (1909-1910)**. Nº 5, p. 99-104.

COELHO, Maria da Cruz; HOMEM, Armando - *Portugal em definição de Fronteiras: do Condado Portucalense à crise do século XIV*. In SERRÃO, Joel; OLIVEIRA MARQUES, A. H. (coords.) **Nova História de Portugal**. Lisboa: Editorial Presença. Vol. III. 1996. ISBN 9789722320399.

COELHO, M. Helena; VENTURA, L. - *Os bens de Vataça. Visibilidade de uma existência*. **Revista de Historia das Ideias**. Coimbra: Faculdade de Letras de Coimbra 1987. Vol. 9, p. 33-77.

CID PRIEGO, Carlos - *Las pinturas murales del castillo de Alcañiz*. **Goya, Revista de Arte**. Madrid: (1962). Nº46, p. 274-277. ISSN 00172715.



COMPANYS Y FARRERONS, Isabel; MONTARDIT Y BOFARULL, Núria - **El Castell del Rei en Temps de Jaume II**. Edició comentada dels Llibres de comptes de l'obra (1313-1317). Tarragona: Institut d'Estudis Tarraconenses Ramon Berenuer IV. 1995. ISBN 13: 9788487123764.

CORTES CASTRO, León; DANVILLA Y COLLADO, Manuel; COLMEIRO, Manuel (eds.) - **Cortes de los antiguos reinos de León y de Castilla**. Madrid: Rivadeneyra / Real Academia de la Historia. Vol. I, 1882.

DINIS, António Joaquim Dias - Relatório do século XVI sobre o Arquivo Nacional da Torre do Tombo. **Anais - Academia Portuguesa da História**. Lisboa: Academia Portuguesa da História. (1968). Vol. 17, 2ª série, p. 115-158.

DIAS, Isabel - D. Dinis e a poesia – Corte cultas e prática poética (o tema do olhar). **Actas dos Encontros sobre D. Dinis**. Odivelas: Edições Colibri e Câmara Municipal de Odivelas. 2011, p. 45-58. ISBN 9789896891411.

DUBY, Georges; ARIES, Philippe (dir.) - Histoire de la vie privée. **De l'Europe féodale à la Renaissance**. Paris: Edité par Seuil. Tome II. 1985. ISBN 9789723602296.

DUBY, Georges; LACLOTTE, Michel - **História Artística da Europa. A Idade Média**. Lisboa: Quetzal Editores. 1997. Vol. II. ISBN 9725642848.

FALQUE REY, Emma - **Historia compostelana. Clásicos latinos medievales**. Madrid: Akal, 1994. 2ª ed. ISBN 9788446004172.

FERNANDES, Carla Varela - **O bom rei sabe bem morrer. Reflexões sobre o túmulo de D. Dinis. Actas dos Encontros sobre D. Dinis**. Odivelas: Câmara Municipal de Odivelas e Edições Colibri. 2011, p. 71-92. ISBN 9789896891411.

FERNANDES, Hermenegildo - Fronteiras e Reconquista. Portugal Islâmico. Os últimos sinais do Mediterrâneo, Catálogo de Exposição Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. 1998, p. 269-276. ISBN 9727760007.

FERNANDES, Hermenegildo - **Entre Mouros e Cristãos: A sociedade de fronteira no sudoeste peninsular interior (séculos XII e XIII)**. Dissertação de Doutoramento da Faculdade de Letras de Lisboa, Lisboa: Universidade de Lisboa. 2000.

GAIBROS DE BALLESTEROS, Mercedes (ed.lit.) - **Libro de diferentes cuentas de Sancho IV - Historia de Sancho IV de Castilla**. Madrid: 1922-1928. Vol. 1.

GOMES, Rita Costa - The Making of a Court Society. **Kings and Nobles in late Medieval Portugal**. Cambridge: Cambridge University Press. ISBN: 9780521800112.

GOMES, Rita Costa - **A Corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média**. [s.l.]: Difel, 1995. ISBN 9789722903196.

GOMES, Rita Costa - Casa e ofícios da mesa. Os convivas do rei e a estruturação da corte (séculos XIII a XVI). In BUESCU, Ana Isabel, FELISMINO, Davide (coords.) COELHO, Maria Helena Cruz (apres.) **A mesa com os reis de Portugal, Ofícios, Consumos, Cerimónias e Representações, séculos XIII-XVIII**. Lisboa: Círculo de Leitores. 2011, p. 26-43. ISBN: 9789724246956.

GONÇALVES, Iria - A Mesa, com o Rei de Portugal (séculos XII-XIII). **Revista da Faculdade de Letras-História**. Porto: Universidade do Porto. (1997). 2ª série. Vol. XIV, p. 15-32.

HERCULANO, Alexandre – **Opúsculos - Controversias e estudos Historicos** (tomo III). Lisboa: Livraria Bertrand. [s.d.]. Tomo VI, 5ª ed.

HUIZINGA, Johan - **Homo ludens; a study of the play-element in culture**. Boston: Beacon Press. 1971. ISBN: 9780807046814.

LOPES, Fernão (comp.) - Reportório dos Bens de D. Dinis em Lisboa, feito na era de 1337. Livro dos Bens dos Próprios dos Reis e das Rainhas. fl.8. 1299, 1421. Cit por - A Judiaria Nova e as primitivas tercenças de Lisboa. O Archeologo Português. **Revista do Museu Ethnologico Português**. Maio-Julho 1901, vol. VI, nº 5-7, p. 125.

LORENZO, Ramón - **Sobre cronologia do vocabulário galego-português**. Anotações ao 'Dicionário Etimológico' de José Pedro Machado. Vigo: Editorial Galaxia. 1968.

MATTOSO, José - **Historia da Vida Privada em Portugal - A Idade Média**. VASCONCELOS E SOUSA, Bernardo (coord.). Lisboa: Círculo de Leitores. 2011. ISBN: 9789896441449.

MARQUES, A. H. de Oliveira - **A Sociedade Medieval Portuguesa- aspectos da vida quotidiana**. Lisboa: A Esfera dos Livros. 2010. ISBN: 9789896262419.

VASCONCELOS E SOUSA, Bernardo (coord.) - **História da vida privada em Portugal - A Idade Média**. Lisboa: Temas e Debates. 2011. ISBN: 9789896441449.

VASCONCELOS E SOUSA, Bernardo (coord.) - **Nova História de Portugal - Portugal em Definição de Fronteiras (1096-1325). Do Condado Portucalense à Crise do Século XIV**. Lisboa: Editorial Presença, Vol. III, 1996. ISBN: 9722320394.

MARTÍNEZ FERRANDO, ERNESTO, J. - La cámara real en el reinado de Jaime II (1291-1327). Relaciones de entradas y salidas de objetos artísticos. **Anales y Boletín de los Museos de Arte de Barcelona**. Barcelona: 1953-1954, Nº 11, p. 1-230.

MELRO, Rita A. - **O Tesouro de D. Dinis no contexto dos tesouros europeus**. Saarbrücken: Novas Edições Académicas. 2016. ISBN: 9783330750463.

NIETO SORIA, José - **La coronación del rey: los símbolos y la naturaleza de su poder. Alfonso X y su época**. Barcelona: Edit. Carroggio. 2001, p. 127-151.

NUNES, Eduardo Borges (ed.); PEDRO, Susana (rev.) - Carta régia, de fundação de uma Capela perpétua nas Casas do Rei em Lisboa. **Em Créditos de Realização de edição de Interpretativas de Fontes Medievais para a História da Língua Portuguesa**. Lisboa: FONTHIS/Edições interpretativas. V.2.1.1- Universidade Nova de Lisboa. 2002, p. 115-118.

OLIVAR, Marçal - Els tapissos francesos del rei en Pere el Cerimoniós. In RAMÓN, A.; BARBIÉ, M. (eds.) **Sala d'Art Artur Ramon**. Barcelona, 1986.

OLIVEIRA, José Augusto (ed. Lit.) - Carta del cruzado Randulfo de Granville. **Conquista de Lisboa aos Mouros (1147)**. Lisboa: S. Industriais da Câmara Municipal de Lisboa. 1936, 2ª ed., p. 58-61.

REBELO, José Pedro de Miranda - **Extracto do Real Archivo da Torre do Tombo oferecido á augustissima rainha e senhora D. Maria I**. Lisboa: Bibliotheca Nacional. 1904.

REPRESA, Amando - **Evolución urbana de León en los siglos XI–XIII. Archivos Leoneses**. León: Universidade de León. (Janero-Dicembre 1969). Nº 45-46, p. 243-282. <Referencia Librería: 12916230>.

RIBEIRO, João Pedro - **Memorias authenticas para a historia do Real Archivo**. Lisboa: Na Impressão Regia. 1819.

ROBINSON, Cynthia - **In Praise of Song. The Making of Courtly Culture in al-Andalus and Provence**. 1005-1134 A.D. Leiden: BRILL. 2002. ISBN 9789004124530.

RODRIGUES, Ana Maria S. A. - The treasures and fundations of Isabel, Beatriz, Elisenda, and Leonor. The art patronage of the four queens of Portugal and Aragon in the 14th century. In MARTIN, Therese (ed.) **Reassessing the Roles of Woman as "Masters" of Medieval Art and Architecture**. Leiden-Boston: Brill. 2012. p. 903-935. ISBN 9789004228283.

RODRIGUES, Ana Maria S. A. - Moneda, armas y objetos suntuários: el tesoro de los reyes de Portugal en los primeros dos siglos de su existência. **Anales de Historia del Arte**. Madrid: Universidade Complutense. 2014. Vol. 24, nº Esp. Noviembre, p. 439-460. ISSN 0214-6452.

SARAIVA, António José - **O Crepúsculo da Idade Média em Portugal**. Lisboa: Gradiva. 1998. ISBN 9789726621577.

SARAIVA, António José - **Para a História da Cultura em Portugal**. Lisboa: Gradiva. 1995. Vol. I. ISBN: 9789726624011.

SÁNCHEZ BELDA, Luis (ed. Lit.) - **Chronica Adefonsi Imperatoris. Estudios De Edad Media De La Corona De Aragon**. Zaragoza: Consejo Superior de Investigaciones Científicas - Escuela de Estudios Medievales. 1950. ISBN 9788400041939.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo - **Itinerários de El-Rei D. João II (c. 1481-1495)**. Lisboa: Academia Portuguesa da História. 1993.

SERRÃO, Vitor - A Cripto-História de Arte. Análise de Obras de Arte Inexistentes. Lisboa: Livros Horizonte. 2001. ISBN: 9789722411356.

SIDARUS, Abel; REI, António - Lisboa e o tremo segundo os geógrafos árabes. **Arqueologia Medieval**. Mértola / Porto, CAM: Afrontamento. 2001. N.º 7, p. 37-72. ISSN 0872-2250.

SILVA, A. Vieira - **As muralhas da Ribeira de Lisboa**. Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa. 1987. Vol. II, 3ªed.

SILVA, A. Vieira - **As Muralhas da ribeira de Lisboa**. Lisboa: Câmara Municipal. 1940-1941. Vol. I, 2ª ed.

SILVA, Carlos Guardado da - **Lisboa Medieval: a organização e a estruturação do espaço urbano**. Lisboa: Colibri, 2008. ISBN 9789727727520.

SILVA, José Vieira da - O Paço. In MATTOSO, José (dir.), VASCONCELOS E SOUSA, Bernardo (coord.) **História da Vida Privada em Portugal - A Idade Média**. Lisboa: Circulo de Leitores. 2011. ISBN 97898964414492010.

SILVA, José Vieira da - **Paços medievais portugueses, caracterização e evolução da habitação nobre (séculos XII-XIV)**. Dissertação de Doutoramento em História na Universidade Nova de Lisboa. Lisboa: Univerddidade Nova de Lisboa. 1993.

SOUSA, António Caetano de Sousa (ed.) - **Testamento del Rey D. Diniz, que são declarados (...). Provas do Livro II da História Genealógica da Casa Real Portuguesa**. Lisboa: Officina Sylviana da Academia Real. 1946, p. 125-132.

SOUSA, António Caetano de Sousa (ed.) - **Provas de História Genealógica da Casa Real Portuguesa. Lisboa: 1739 a 1749.** Tomo II, Livro IV.

VENTURA, Leontina; VELOSO, M. Teresa (ed. crít.) - **Livro Preto da Sé de Coimbra.** In COSTA, Avelino de Jesus da (dir.). Coimbra: A.U.C. 1977-1979. 3 vols.

## DOCUMENTOS ELECTRÓNICOS

Castelo de São Jorge e Cercas de Lisboa. **Sistema de informação para o Património Arquitectónico.** [Em linha] [Consult. a 12 de Julho de 2014]. Disponível na WWW: <URL: [http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=3128](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3128)>.

ANTT - **Câmara Municipal de Lisboa.** [Em linha] [Consult. a 23 de Julho de 2014]. Disponível na WWW: <URL: <http://www.cm-lisboa.pt/equipamentos/equipamento/info/edificio-do-arquivo-nacional-torre-do-tombo>>.

BARROCA, Mário - D. Dinis e a Arquitectura Militar Portuguesa. **Revista da Faculdade de Letras. História.** [Em linha]. Porto: Faculdades de Letras da Universidade do Porto. Série II: Vol. 15, nº1, (1998), p. 801-822. [Consultado a 10 de Setembro de 2015]. Disponível na WWW: <URL: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/7748?locale=pt>>.

CUNHA, Maria Cristina - Da "capsa" à "livraria" – a localização dos livros da Biblioteca medieval. **Da Memória do Mundo.** [Em linha]. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. (1996), p. 115-119. [Consult. a 29 de Agosto de 2015]. Disponível na WWW: <URL: <http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id022id115&sum=sim>>.

FERREIRA, Maria Conceição Falcão - Roupas de Cama e Roupas do Corpo nos Testamentos ed Guimarães (1250/1300). **Revista Faculdade de Letras do Porto. História.** [Em linha] Porto: Universidade de Porto. 2ª série, Vol. XIV, (1997), p. 33-63. [Consultado a 15 de 2015]. Disponível na WWW: <URL: <http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id04id18&sum=sim>>.

MARTIN, Therese - Chronicling the Iberian Palace: Written Sources and the Meanings of Medieval Christian Rulers' Residences. **Journal of Medieval Iberian Studies.** [Em linha]. Vol. 2/1, (2010), p. 109-139. [Consultado em 13 de Agosto de 2016]. Disponível na WWW: <URL: [http://digital.csic.es/bitstream/10261/50376/1/Martin\\_JMIS\\_palaces.pdf](http://digital.csic.es/bitstream/10261/50376/1/Martin_JMIS_palaces.pdf)>. ISBN 10.1080/17546551003619654.

**O Tesouro de D. Dinis no contexto dos tesouros europeus. Anexo.** [Em linha]. Dissertação de mestrado em Património, Arte e Teoria do Restauro. Lisboa: Universidade de Lisboa, (2011). Disponível na WWW: <URL: <http://hdl.handle.net/10451/4147>>.

MUSEU NACIONAL DO AZULEJO - SÉCULO XV E XVI. Azulejaria arcaica. **Museu Nacional do Azulejo** [Em linha]. Lisboa: Museu Nacional do Azulejo. [Consult. a 24 de Julho 2013]. Disponível na WWW: <URL: <http://www.museudoazulejo.pt/pt-PT/ExposAct/ExpoPerm/ContentDetail.aspx?id=853>>.

PARTEARROYO LACADA, Cristina - Estudio Histórico Artístico de los Tejidos de al-Andalus y afines. **Bienes Culturales, Revista del Instituto del Patrimonio Histórico Español.** [Em linha]. (s.L). Instituto Valencia de Don Juan, Nº5, (2005), p. 37-74, [Consult. a 10 de Novembro de 2014]. Disponível na WWW: <URL: [http://www.mcu.es/patrimonio/docs/MC/IPHE/BienesCulturales/N5/03-Estudio\\_historico.pdf,\\_1695-9698](http://www.mcu.es/patrimonio/docs/MC/IPHE/BienesCulturales/N5/03-Estudio_historico.pdf,_1695-9698)>.

PIZARRO, José Augusto - De e para Portugal. Anuario de Estudios Medievales. (Julho/ Dezembro 2010): **Consejo Superior de Investigaciones Científicas - CSIC**. [Em linha]. Nº 40, 2. [Consult. a 20 de Novembro de 2015]. Disponível na WWW: <URL: <http://estudiosmedievales.revistas.csic.es/index.php/estudiosmedievales/article/view/327/331>. ISSN 00665061>.

ROSSI VAIRO, Giulia - O genovês Micer Manuel Pessanha, Almirante d'El-Rei D. Dinis. **Medievalista**. [Em linha]. Janeiro - Junho 2013. Nº13. [Consult. a 29 de Setembro de 2016]. Disponível na WWW: <URL: <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA13/vario1306.html>. ISSN 1646-740X>.

RUGGLES, D. Fairchild - The Alcazar of Seville and Mujedar Arquitectures – **Gesta - International Center of Medieval Art**. [Em linha]. New York: University of Chicago Press. [2004]. Vol. 43, nº2, p. 87-98, [Consult. a 12 Abril 2016]. Disponível na WWW: <URL: <http://www.jstor.org/stable/25067097>>.

VENTURA, Leontina - **A Nobreza na Corte de Afonso III**. [Em linha]. Dissertação de Doutoramento em História da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra: Universidade de Coimbra. Vol. I, (1992). Disponível na WWW: <URL: <http://hdl.handle.net/10316/12221>>.

